

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA DA INTERAÇÃO DIALÓGICA

Rubyra Mara Munhóz de Andrade¹
Eloisa Maria Wiebusch²

Resumo

O presente estudo busca refletir sobre como a extensão universitária no Brasil vem se constituindo historicamente na sua relação com a sociedade, e como integram-se os saberes científicos e populares neste contexto. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como fundamento metodológico, valendo-se de leituras de livros, periódicos entre outros documentos que abordam esse tema. Enfatizamos a complexibilidade do assunto, reafirmando o compromisso da extensão universitária com o trabalho compartilhado com a sociedade, tendo a interação dialógica como princípio fundante da dimensão ética dos processos da extensão universitária. Contribuí para análise crítica dos paradigmas desenvolvidos nas práticas extensionistas, possibilitadores ou negadores da humanização e mudança social. Ressaltamos a importância da articulação do tripé entre ensino, pesquisa e extensão na criação de ações emancipatórias e humanizadoras no enfrentamento aos problemas emergentes da sociedade contemporânea, comprometendo a universidade como um dos espaços possíveis de produção do conhecimento, capaz de contribuir para minimizar as desigualdades e a exclusão social. A universidade como consciência crítica da sociedade, precisa querer manter seu compromisso com a vida digna, justa e feliz. Muitos são os desafios que a Educação Superior nos contextos emergentes enfrenta, precisa de uma resignificação, reinvenção para atender as necessidades da sociedade contemporânea, na construção de novos caminhos para a Educação Superior.

Palavras-chave: Extensão universitária. Interação dialógica. Humanização. Universidade. Sociedade.

Introdução

A proposta de extensão universitária vem se constituindo, ao longo da história, com a função principal de integrar a universidade à sociedade. Dependendo da época e do contexto histórico, em que está inserida, essa integração vem assumindo funções e apontando ações de extensão que ora representam avanços na perspectiva emancipatória dos sujeitos envolvidos,

ora estabelecem uma relação autoritária, domesticadora e minimizadora das condições de participação e constituição dos seres humanos enquanto sujeitos.

Neste estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica como fundamento metodológico por meio de leituras de livros, periódicos entre outros documentos sobre extensão universitária. Esse tipo de pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento, é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, ou seja, é necessária uma revisão bibliográfica do tema apontado. Conforme Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de Web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos.

Assim, pretende-se, por meio de pesquisa bibliográfica, coletar informações, analisá-las e relacioná-las com a realidade sobre a extensão universitária no Brasil, na intenção de produzir informações que contribuam com a reflexão sobre os desafios e limites das ações extensionistas na contemporaneidade, provocando a reinvenção da realidade existente.

Trajatória da extensão universitária no Brasil

No Brasil, as primeiras experiências em extensão universitária começaram, no início do século XX, com o surgimento da Universidade Popular da Paraíba e Universidade Popular de São Paulo. Essas experiências buscavam a vinculação da extensão com as universidades populares, na tentativa de tornar o conhecimento científico e literário acessível a todos. Nessa perspectiva, a experiência em extensão universitária desenvolveu-se a partir dos “cursos de extensão”, veiculadores de conteúdos “positivistas ou de disseminação da cultura da elite” (ROCHA, 1986, p. 7).

A partir de 1938, quando da criação da União Nacional dos Estudantes - UNE, influenciados pelo movimento na América Latina, especificamente o Movimento de Córdoba, 1918, começa uma implementação da relação universidade e sociedade, por meio de propostas de extensão que favorecessem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas classes populares.

A extensão universitária, nesse contexto, buscava a participação de segmentos universitários nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade, sendo esta uma preocupação marcante no movimento de reforma de Córdoba. A UNE, como referência do

movimento estudantil no país, assume essas ideias em extensão universitária. Para Freire (2013, p. 20):

[...] a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realiza, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para à sua maneira, normalizá-la. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Daí que, em seu ‘campo associativo’, o termo ‘extensão’ se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc.

Nessa perspectiva de relação entre o ensino e a aprendizagem, os saberes científicos eram transmitidos aos grupos da sociedade como uma espécie de assistencialismo, doação ou prestação de serviços, caracterizando um processo de relação vertical e autoritário entre os que achavam que tudo sabiam e aqueles aos quais era negada a possibilidade de participação, diálogo, de dizer a sua palavra. Nesse processo evidenciava-se a invasão cultural.

Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire explica o processo de invasão cultural (2005, p. 173):

Desrespeitando as potencialidades do ser a que condiciona, a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão.

Na invasão cultural, são estabelecidas relações antidialógicas, excludentes, fortalecendo a alienação da ignorância e a substimação do potencial de conhecer dos homens simples, evidencia-se um monólogo por parte do invasor, que fala, pensa, manipula, conquista e persuade os homens que são reduzidos a mero objetos da ação do invasor.

Trilhando caminhos na busca de obter mais participação da sociedade nas ações de extensão, em 1961, em Congresso na Bahia, foi discutida a Reforma Universitária. Foi apresentada proposta com aspectos relevantes a serem refletidos, entre os quais dois que fariam avançar a forma de relacionamento da universidade com a sociedade em uma perspectiva emancipatória. Centravam-se na análise da realidade brasileira e na análise da Universidade no Brasil, que, definindo suas diretrizes, propõe-se a assumir um “compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo” (União Nacional dos Estudantes, UNE, 1961, p. 26).

A partir desse congresso as ações da extensão universitária ampliam-se na perspectiva de assumir um papel político de intervir na realidade existente, desenvolvendo uma proposta de extensão universitária desveladora da realidade existente e propulsora do engajamento popular.

Assim, a Universidade começa a assumir o papel de dialogar com a sociedade - uma atitude que estabelece uma relação horizontal de respeito, de escuta e reconhecimento dos

saberes que vêm da realidade concreta e problematizadora. Neste momento em que a universidade coloca-se com a sociedade na expectativa de busca e problematização do mundo, conscientizando-a e despertando-a para a procura de seus direitos, estabelece-se ao coletivo a apropriação crítica da realidade, seu desvelamento, e impulsiona os homens a sua assunção enquanto sujeitos da transformação do mundo.

Freire (2013, p. 11), no livro “Comunicação ou extensão?” observa:

Os homens em seu processo, como sujeitos do conhecimento e não como recebedores de um ‘conhecimento’ de que outro ou outros lhes fazem doação ou lhes prescrevem, vão ganhando a ‘razão’ da realidade. Esta, por sua vez, e por isso mesmo, se lhes vai revelando como um mundo de desafio e possibilidades; de determinismos e de liberdade, de negação e de afirmação de sua humanidade, de permanência e de transformação; de valor e de desvalor; de espera, na esperança da busca, e de espera sem esperança, na inação fatalista.

A extensão universitária, respaldada pelas Diretrizes da Declaração da Bahia, experimentava uma proposta de universidade democrática, em que os movimentos estudantis dialogavam com os Centros Populares de Cultura - os CPCs da UNE. Desenvolvia-se, a partir daí, nova relação entre universidade e sociedade, em que a interação dialógica tornar-se-ia princípio basilar.

Conforme prevê a Política Nacional de Extensão Universitária, a interação dialógica é um dos princípios que, juntamente com a interdisciplinariedade e interprofissionalidade, indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão, impacto na Formação do Estudante e, finalmente, impacto e transformação social, constituem as diretrizes orientadoras das ações de Extensão Universitárias, pactuadas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Forproex. A diretriz interação dialógica, segundo esse documento, apresentaria a seguinte especificidade:

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-se pela idéia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de ‘estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade’, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (FORPROEX, 2012, p.16).

Nessa perspectiva, a proposta contribui com o fortalecimento dos movimentos da universidade e da sociedade e os fundamenta, buscando alternativas de superação dos problemas sociais vividos. A relação dialética estabelecida entre os saberes populares e científicos origina na sua dialeticidade nova realidade, em que o velho gera novo saber e fazer solidário para um tempo histórico específico, na luta pela humanização. Nesse sentido,

respeitar os saberes gerados na prática social, na dialeticidade entre subjetividade e objetividade, constitui-se em um ato amoroso de comprometimento com o outro.

Ao reportar-se à amorosidade, Cleoni Fernandes (2008, p. 38) salienta que:

Freire trabalha com a concretude da produção do sentido e do sentir amorosidade/amor como uma potencialidade e uma capacidade humana que remete a uma condição de finalidade existencial ético-cultural no mundo e com o mundo. Uma amorosidade partilhada que proporcione dignidade coletiva e utópicas esperanças em que a vida é referência para viver com justiça neste mundo. A amorosidade Freireana que percorre toda sua obra e sua vida se materializa no afeto como compromisso com o outro, que se faz engravidado da solidariedade e da humildade. Usando o prefixo com, ganha força a idéia de compromisso que pode significar prometer-se consigo e com o outro.

A amorosidade manifesta-se em um processo dialógico e solidário com o outro, comprometido com a existência de um presente desafiador, que instiga a ação humanizadora do homem. Os condicionantes de negação da vida nos desafiam na projeção de um futuro redimensionado e tensionado entre a denúncia dos limites postos e o anúncio de novas possibilidades.

Nesse sentido, em uma perspectiva de interação dialógica, a proposta constituía-se em construir um trabalho coparticipativo e copartilhado entre universidade e sociedade, em que o conhecimento produzido contribui para a superação das desigualdades e dos processos de exclusão social.

A partir do ano de 1964, após este movimento de luta e diálogo entre a universidade e a sociedade e da conquista da participação popular nas decisões de desvelamento da realidade, iniciava-se, todavia, um processo político de ditadura militar, em que ocorreram significativas mudanças de ruptura com os processos democráticos de participação popular.

A extensão universitária apresenta-se com novos programas de integração estudante-comunidade, comprometidos ideologicamente com um governo que exercia o controle, e desencorajava a participação e o engajamento popular. As propostas eram planejadas para as pessoas da comunidade, que eram “treinadas” para executá-las. Segundo Rocha (2014, p. 167-168):

Vivíamos ainda em plena ditadura e com o povo aprendemos a montar nossas estratégias de sobrevivência. Paulo Freire era um nome proscrito e proibido para os que fizeram acontecer o golpe de 1964. Como estratégia aplicávamos o método Paulo Freire, sem enunciar o nome deste grande educador.

Assim, percebeu-se que, embora em tempos de ditadura, alguns grupos já iniciados na conscientização lutavam pela manutenção de espaços dialógicos que expressassem sua forma de perceber e compreender o mundo. Lutando contra as ideologias, que, de forma imposta, desrespeitavam a realidade e necessidades concretas das pessoas da comunidade, buscavam

não deixar morrer a prática da extensão universitária exercida na concepção Freireana de COMUNICAÇÃO. Em contraponto, vivia-se, nesse tempo histórico de repressão, a tentativa fortemente amparada por forças violentas e autoritárias que queriam fortemente fazer da extensão um processo de DOMESTICAÇÃO. De acordo com Freire (2013, p. 25):

Ao contrário, educar e educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Nessa trajetória, a extensão universitária, nos anos de 1970, iniciou os processos de organização institucional, criando, a partir de vários congressos e seminários, uma unidade de ação entre as instituições de ensino superior. Buscava a construção de uma identidade própria, uma diretriz que representasse suas necessidades e desejos, embora também sofressem influências de propostas oriundas do Ministério de Educação.

Em 1980 o país vivia um tempo de reconstrução democrática; a extensão universitária retoma uma proposta de elaboração de projetos e programas a partir da base, valorizando a participação da sociedade e dos sujeitos envolvidos. O Ministério da Educação e Cultura começou um trabalho de apoio às lideranças que se constituíam, e, em novembro de 1987, o I Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em Brasília, incorpora o conceito de universidade cidadã. A partir desse fórum são criadas várias ações com o objetivo de fortalecer e estruturar as propostas da extensão universitária.

Em 1988 as discussões no meio acadêmico sobre a autonomia universitária e o compromisso social da universidade com setores menos favorecidos fazem surgir o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. São formalizadas propostas para realização de ações que provoquem a participação da sociedade de forma mais direta nos planejamentos da extensão universitária.

Com o objetivo de respaldar legalmente a caminhada e o engajamento das universidades e sociedade, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, no Cap. III, Art. 207, consagra o princípio da indissociabilidade entre as atividades universitárias ao assegurar: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Nesse contexto, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, passa a desempenhar papel decisivo na conceituação, institucionalização e na definição de políticas de extensão. Atualmente temos o conceito de

extensão universitária, construído em debate amplo e aberto nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizados em 2009 e 2010:

A Extensão Universitária, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

O tripé ensino, pesquisa e extensão deve ser imprescindível; em todas as ações pedagógicas desenvolvidas é um processo que precisa ser construído. Temos um longo caminho a trilhar nessa busca indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Considerações finais

As trajetórias, desafios, conquistas e retrocessos enfrentados pela extensão universitária no Brasil nos comprometem a sua contínua revisão e reconstrução. Na contemporaneidade contamos com a Política Nacional de Extensão Universitária, que representa uma iniciativa em prol da unidade das ações em torno da extensão universitária, que, construída no coletivo das universidades, e não desconsiderando o princípio de autonomia universitária, estabelecem conceitos, princípios, diretrizes e objetivos, que são referências nacionais.

A partir dessa referência nacional, constatamos como resultado desta pesquisa um número expressivo de propostas de extensão universitária que apresentam ações divergentes em seus paradigmas, objetivos, planejamento e execução, as propostas firmadas a fim de contribuir para emancipação dos sujeitos, a solução dos grandes problemas sociais e o desenvolvimento de ações que impliquem em relações multi, inter, transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e sociedade.

Esta pesquisa propõe que, na busca de um efetivo reconhecimento acadêmico e social das propostas de extensão universitária, sejam privilegiados momentos de debates, (re)construções e aprimoramentos, que fortaleçam suas ações na direção da superação dos principais problemas sociais emergentes e que, na redefinição de novas políticas e práticas para extensão, seja considerada a necessidade de efetivação da meta 12.7 do Plano Nacional da Educação 2011-2020. Essa meta assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

Nessa perspectiva vislumbra-se, com maior concretude, um trabalho coletivo, interdisciplinar, dialógico e participativo, em que o ensino, a pesquisa e a extensão se

integrem e se entrelacem na criação de novas formas de enfrentamento das necessidades de permanência da pobreza e injustiça social, na direção de novo homem socialmente mais humanizado e ético.

Assim, a extensão universitária, respaldada pela Política Nacional de Extensão Universitária e pelo Plano Nacional da Educação 2011-2020 a partir do engajamento dos diversos setores da universidade e sociedade, poderá vir a consolidar-se como referência na luta e (re)criação coletiva de inéditos viáveis a favor de uma vida mais humana, articulada às reais necessidades da sociedade.

Referências

BRASIL. I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas. Brasília: MEC, 1987. (mimeo)

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: MEC, 1989.

_____. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014.

FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Amorosidade. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM. Maio, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Extensão universitária: extensão ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Extensão universitária e saber popular. In: MELO NETO, José Francisco de (Org.). **Extensão universitária: diálogos populares**. Universidade Federal da Paraíba: UFPB, 2014.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Declaração da Bahia. Salvador. 1961 (mimeo.).

* Doutoranda em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Técnica Administrativa – Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA, Câmpus Bagé/RS.

** Doutoranda em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, IFSul, Câmpus Venâncio Aires/RS.